

Sobre essa questão de abaixar o preço dos remédios no estado de São Paulo, a gente já paga muito. Se eu estiver mentindo que venha alguém me corrigir, mas nas cidades pequenas quem banca a gasolina, quem banca o funcionário das delegacias, dos quartéis, são os municípios. Corpo de Bombeiros, quem banca o aluguel são os municípios. Até a Fatec, quem banca o aluguel é a prefeitura de Guarulhos, sem contar os funcionários, energia elétrica, aluguel, é uma série de fatores que seriam de responsabilidade do governo estadual e que não são cumpridas há muito tempo.

Vamos deixar isso continuar acontecendo? Poderíamos trabalhar para que, se vai aumentar a alíquota, que o recurso total seja destinado à Saúde. Quando criaram a CPMF, no Governo FHC, estava tudo bem, o PSDB defendia, mas agora não defendem. O aumento da alíquota, aqui no estado de São Paulo, no valor de 5% os deputados estão defendendo. Ou seja, dois pesos e duas medidas, depende de quem está no Governo. Esse é o olhar de quem está no Governo, quando estou no Governo, posso tudo.

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Copez.

Quando privatizam as estradas e cobram altos pedágios, é vergonhoso. Você vai pro Interior e paga mais em pedágios do que em gasolina, uma privatização feita no Governo do PSDB. Nas estradas federais, os pedágios são menores. O pedágio da Fernão Dias é 1,60, na rodovia Ayrton Senna ou em outra o pedágio é 3,20.

Gostaria de demonstrar uma situação. Se você sair do Bairro dos Pimentas pela Dutra, paga pedágio no Rodoanel. Aí, quando você vai sair de Itaquaquecetuba, paga outro pedágio. Aí você precisa voltar para Itaquaquecetuba, fazer um retorno até o Bairro dos Pimentas, e paga outro pedágio. Ou seja, você paga três pedágios em menos de cinco quilômetros, um absurdo o que acontece no estado de São Paulo.

Parece que ficamos cegos com essa situação. Deveríamos pensar e repensar como se votam os projetos aqui. Ser situação é uma coisa, ser cego é outra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Eu queria, antes de mais nada, dizer que fiquei sinceramente impressionado com a manifestação consciente, de altíssimo nível, profunda e inquestionável do deputado Carlos Bezerra Jr. Acho que ele colocou a coisa nos seus devidos lugares. Pode-se discordar do valor, da alíquota etc. Mas quanto ao conteúdo do projeto, parabéns, deputado Carlos Bezerra Jr.

Caro deputado Professor Auriel, precisamos buscar o entendimento, mesmo mantendo posições contrárias; buscar soluções. Não vou me concentrar agora no projeto; usarei meu tempo depois para isso. Mas quando V. Exa. fala que esse dinheiro não vai para a Saúde, para a Educação... Eu estava aqui nesta Assembleia em 1989, e São Paulo foi o único estado do Brasil que colocou na sua Constituição que, de toda a receita corrente líquida, 30% no mínimo vai para a Educação. Na Saúde, o estado de São Paulo cumpre a obrigação de gastar 12 por cento. O governo federal há 12 anos resiste a que se coloque o mínimo para ser aplicado na Saúde. Várias iniciativas foram tomadas, e sempre foram boicotadas e vetadas pelo Executivo.

Quanto ao aumento de receita, 25% vai para os 645 municípios do Estado - é a quota-parte do ICMS. Vejo aqui o Aquevirque Nholla e sei que está aqui por causa disso; ele é da Associação Paulista de Municípios. A prefeitura de São Paulo vai receber um quarto dessa receita. E, da mesma forma, há os mínimos obrigatórios para a Saúde e Educação. Só queria fazer esses reparos e depois debater o projeto, não com o brilho e o conhecimento do deputado Carlos Bezerra Jr., mas buscando soluções. Agradeço a gentileza de V. Exa., Professor Auriel, um deputado que aprendi a admirar e respeitar. Um abraço.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - O discurso do deputado Carlos Bezerra Jr. realmente foi muito bem feito. Vou até aproveitar o aparte de V. Exa. para perguntar a ele se o projeto que estamos votando é um aumento de ICMS para ampliar a arrecadação ou para combater as doenças causadas pelo fumo e bebida no estado de São Paulo. Se o discurso do deputado for verdade, parece-me que seria variável ser até mais do que 5%. Então, vamos deixar carimbado que isso vai para a Saúde, para tratar das pessoas que ficam doentes por causa de fumo e álcool. Acharemos isso correto. Mas a posição, que me parece ser a de outros deputados também, foi no sentido de que o governo está fazendo um ajuste fiscal, porque há problemas financeiros no estado de São Paulo. E, ouvindo esse discurso, comecei a mudar de ideia. Fizemos umas emendas a esse projeto. Acharmos que era para ampliar a base de arrecadação, ouvindo o que veio do governo. Mas se é para direcionar para a Saúde, vamos repensar e quem sabe juntar tudo mundo aqui e fazer um aglutinativo.

O SR. PROFESSOR AURIEL - PT - Agradeço os apertes dos nobres deputados. Acho que, tecnicamente, está tudo correto. Mas, politicamente, o que falta é definir quem vai ser realmente atendido. No estado de São Paulo, a Educação está péssima, assim como a Saúde. A Segurança então, nem se fala. Quando você vai a uma delegacia de polícia fazer um boletim de ocorrência - agora dá para se fazer pela internet, quando conseguimos entrar -, se tem o escrivão não tem o computador para ele escrever.

A situação está péssima no estado de São Paulo. Temos que começar a enxergar, temos que começar a andar um pouco no Estado. Para muita gente que está na periferia, que não está sentindo as dificuldades dos trabalhadores e das trabalhadoras, está muito legal. Agora, vá fazer boletim de ocorrência, não fala que você é deputado, chega como uma pessoa simples em uma cidadezinha, no Interior ou na periferia, na zona leste, vá arrumar consulta no Estado para tratamento de câncer ou algo assim ou procurar uma escola de qualidade para os filhos, com funcionários, com pessoas competentes, com profissionais. Não tem.

Com essa reestruturação, querem entregar escolas de três, quatro andares para colocar creches. Tem escolas que precisam ser demolidas. Temos que pensar, os deputados precisam andar um pouco mais no estado de São Paulo, precisam andar nas periferias, nas cidades, porque as coisas não estão boas para ninguém. A política séria é obrigação nossa. Temos que andar, ver o que o povo está sentindo. O povo está se sentindo muito mal no estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 1404, de 2015, de autoria do Sr. Governador, que altera a Lei nº 6.374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Orlando Morando.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Fernando Capez, primeiro um fato que me assustou muito: já destilaram tanto ódio que quem puser a mão neste vidro poderá morrer envenenado com toque de mão. Não sei se tem algum funcionário, mas é um fato. Não sei se dá para filmar. Muitas vezes se esquece de que tudo aqui é muito ponderável, bastante responsável.

Com todo o respeito a alguns ataques involuntários e que pouco podem melhorar esse debate, eu ouvi o deputado Teonílio Barba. É um sindicalista respeitado, aliás, fruto de seu trabalho hoje representa trabalhadores no Parlamento Paulista. Algumas coisas me preocupam. Estamos naquele debate do cobertor curto, que cobre a cabeça, mas descobre o pé.

O deputado Barba, para atacar o projeto que nós estamos discutindo, e ele sabe das minhas preocupações, renega que a CPMF não tem problema. Ele disse que esse é imposto que vai pegar pobre, e eu concordo, porque não tem imposto que pega uma camada só. Se a CPMF recriada não for imposto que pega pobre, é o imposto mais cruel que existe, porque é em cascata. Imposto em alíquota de produto é direcionado ao produto. Se é para o cigarro, é o cigarro; se é para a cerveja, é a cerveja.

Nós estamos extremamente preocupados. Ontem, na audiência pública, eu externei as minhas preocupações, especialmente por conta da guerra fiscal. Do governo federal nós só ouvimos, até agora, recriar a CPMF. Foi feita alguma proposta, do governo federal, para baixar IPI de medicamento, de insu-meras para construção civil, que hoje se anunciou que caiu 50% a venda de imóveis novos em São Paulo? Vossa Excelência está sofrendo, não tem onde se apegar mais. Caiu 42% a venda de caminhões, 40% a venda de automóveis.

Hoje, aqui, não tem vitorioso, nem na Assembleia, muito menos em Brasília. Agora, não podemos empobrecer o debate. Temos esse duro papel de ajudar. Não é salvar um Estado que quebrou, não. Quebrou está o Rio Grande do Sul, deixado pelo Sr. Tarso Genro. O governador Ivo Sartori hoje pena e cata moedas para fazer folha de pagamento. Essa é a herança maldita deixada pelo PT.

O governador do Rio de Janeiro pode ter dificuldades para fazer a folha de pagamento e o décimo terceiro. Aqui em São Paulo, não há folha de pagamento atrasada ou fornecedor atrasado.

Não podemos empobrecer, porque prefeitu-ras do PSDB e do PT não estão conseguindo honrar os seus compromissos. Não é porque são incompetentes. É porque acabou o dinheiro do Brasil. Ou há alguma mentira? A atividade industrial despenco. Pergunte ao prefeito de São Bernardo - que é seu aliado, e não meu - qual foi a queda de arrecadação dele neste ano. Pergunte a ele.

A nossa cidade é industrializada. Vive da atividade industrial. Hoje não há cidade que consiga viver de ITBI, de ISS e de IPTU. As cidades vivem do repasse do IPI, do ICMS. Ou V. Exas. se esqueceram de que os prefeitos vieram aqui ontem, pedindo para votarmos o aumento, do mesmo jeito que estão fazendo a marcha pedindo para que se recrie a CPMF? Eu perguntei ao prefeito que discursava, ontem: “O senhor já aumentou o ITBI e o ISS da sua cidade?” Disse: “Estou mandando projeto para a Câmara.”

O papel que nós temos que cumprir aqui é de responsabilidade. É horrível, diga-se de passagem. E não é por conta do “a” ou do “b”. Vossas Excelências acham que alguém tem dó de aumentar imposto para cigarro? Não. Eu não tenho. Não fumo. Sou contra o fumo, que mata. Graças a Deus, meu pai parou de fumar há 25 anos, porque seguramente já não estaria comigo.

Agora, temos que falar. O deputado Jorge Caruso afirmou e é verdade: aumentando-se imposto em algum produto, aumenta o contrabando. É mentira? É verdade. Porém, é um produto que está na substituição tributária. Ajuda na arrecadação do Governo.

De aumentar a cerveja alguém tem dó? Não. Bebida? Eu tenho dó. Sabem por quê? Com todo respeito, é porque cerveja é bebida popular. É dinheiro do trabalhador, que vai sair da mão dele, porque ele vai pagar um pouquinho mais caro na latinha.

Aliás, se a Ambev e as outras cervejeiras - Schincariol, Itaipava - quisessem, até poderiam absorver esse aumento. Vamos ser honestos. Daria para absorver. Porém, não vão fazer isso, deputado Teonílio Barba. Não vão fazer isso. A Dilha devolveu o aumento do IPI - que o Lula, seu companheiro, tinha abaixado e ela não aguentou e aumentou de novo. Vamos lá. É verdade. Verdade seja dita. Aumentando-se o IPI, repassaram no preço. Ou é mentira o que eu estou falando?

Então, ninguém faz isso com prazer. Agora, nós temos que escolher. Isso aqui é mais ou menos chegar para o cidadão e falar: “Meu amigo. Não tem jeito. Você foi condenado à pena de morte. Você tem o direito de escolher. Você vai morrer de tiro ou de faca?” O cara fala: “O que é menos dolorido? Não sei. Nunca morri.”

Agora, nós vamos abaixar o imposto de remédios. Entre ver um cara no bar, reclamando que a latinha de cerveja subiu e saber que o doente está comprando remédio e não vai morrer, porque abaixou o preço do remédio, eu vou ficar com o doente.

Olhem, isso me custa caro. Eu represento um setor, que é o de supermercados - e me orgulho disso. Pegaram pesado comigo, porque a carga tributária do País já não suporta mais nada de aumento. Se droga fosse lícita e tributada, ia ter gente aqui contrária a aumentar o imposto até de drogas - aliás, drogas ilícitas, porque cigarro e bebida são drogas.

O que nós temos que ter é responsabilidade. São Paulo tem, graças ao governador Alckmin, que começou em janeiro a fazer o ajuste fiscal que a Dilha não fez. O que Vossas Excelências acham de mandar comissionado embora, como o Alckmin fez aqui? O cara o ajudou a ganhar a eleição no ano passado. Chegou janeiro e ele falou: “Infelizmente, o seu posto de trabalho fechou.” Falo de cargos comissionados, e não de concursados.

Vossas Excelências acham que reduzir ritmo e anúncios de obra agrada? Agrada a governador nenhum. Agora, ele vai finalizar o ano com as contas em dia. Brasília tem um rombo que um dia eu ouço falar que é de 50 bilhões, outro dia é 80 bilhões, mas é um bocado de bilhão que estão devendo, e a conta não fecha.

Ouso desafiar quem me diga para não aumentar o imposto porque ano que vem a economia irá melhorar. É impossível que isso aconteça, não há perspectiva, não há crédito. A economia vai mal e a política vai pior. Nós estamos buscando um instrumento amargo, estamos tomando um remédio muito ruim esta noite, mas temos que fazer escolhas, e é triste o homem que não faz escolhas em sua vida.

Contudo, não podem falar que esse é o imposto mais cruel, pois todos os impostos são cruéis. Se há um imposto nojento, é a CPMF, que atinge até aquele que ganha o menor salário. A trabalhadora doméstica paga CPMF. Se for uma trabalhadora doméstica evangélica, esse imposto não vai doer, porque ela não bebe nem fuma, mas a CPMF dói para ela.

O SR. LUIZ FERNANDO MACHADO - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Nobre deputado Orlando Morando, quero cumprimentar V. Exa. por seu pronunciamento e fazer outra consideração que também é muito importante.

Quando o governo federal do presidente Lula usou a redução do IPI, ele exatamente empobreceu e enfraqueceu os municípios brasileiros. Dentro da composição do Fundo de Participação do Município, está o IPI. Portanto, o governo federal fazia cortesia com o chapéu alheio. Diferentemente disso, o aumento da alíquota do ICMS vai exatamente incidir em mais recursos para os municípios do estado de São Paulo. Isso não está sendo considerado pelos dirigentes, militantes e representantes do Partido dos Trabalhadores.

O IPI fazia, sim, com que os municípios se enfraquecessem, e o ICMS, que está hoje em discussão, faz exatamente o caminho contrário, fortalecendo o caixa dos municípios em um ano que se encerra em uma circunstância muito negativa. E o que se desenha para o ano que vem, especialmente para o primeiro semestre, também é uma circunstância negativa.

Os deputados do PT, com brilhantismo, como fizeram o deputado Teonílio Barba e o deputado Professor Auriel, defendem que o estado é o agente financiador efetivo dos custos que temos no Brasil. Isso é, no mínimo, desconhecer aquilo que temos necessidade de discutir hoje, que é o novo pacto federativo. Nós não vivemos na Federação, vivemos em uma República na qual a União é a concentradora de recursos e tem uma má capacidade para fazer seu compartilhamento. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Continuando meu pronunciamento, eu tenho uma preocupação: quando a carga excede, estimula-se a guerra fiscal. Esse projeto, do jeito que será votado, vai gerar um impasse fiscal com o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem uma alíquota de 20%. Se há benefício fiscal para a empresa A ou B - e mesmo que não haja para nenhuma -, gera um déficit de cinco por cento na alíquota do ICMS, e isso é perigoso.

É no detalhe que nós erramos. O médico acerta a cirurgia cardíaca no detalhe, mata o paciente no detalhe. E podem olhar minhas contas, pois não defendo cervejaria coisa nenhuma, o debate não é esse e não pode ser empobrecido. Estou tratando aqui de guerra fiscal, e o secretário da Fazenda deixou claro essa preocupação ontem.

O sujeito que gosta de uma cervejinha vai tomar cerveja de São Paulo, do Paraná ou do Rio de Janeiro, e isso me preocupa. Sugeri que deveríamos elevar um pouquinho mais a carga tributária de outras bebidas alcoólicas, como os destilados. Não se fabrica uísque em São Paulo, não se fabrica vodka em São Paulo, pelo menos não as marcas famosas e mais consumidas. Essa é bebida de rico, eu não tomo vodka, nem uísque. Quando bebo, é uma tacinha de vinho e este já tem um imposto bem amargo, aliás, judia o produtor paulista porque é de 25 por cento. Este é o debate que tem de ser feito. Tenho essa preocupação e registrei publicamente, inclusive já declino meu voto favorável. Tenho convicção de que o líder do Governo tem essa preocupação, da mesma forma que a nossa bancada.

Barba, diga-se de passagem - cito você porque você trouxe uma discussão importante - o governo do PSDB abaixa imposto há 20 anos em São Paulo. Nenhum governo reduziu tanto a alíquota do ICMS como o governo de São Paulo. Nós temos uma das menores alíquotas de ICMS para energia elétrica, que pobre usa e rico também; para telefonia, que pobre usa e rico também, dentre tantos outros serviços públicos que poderiam aumentar mais. Mas o nosso governador tem a preocupação de não onerar o bolso dos mais sofridos e que na crise são os que levam a pior.

Agora, Barba, vamos elevar o debate. Se há 10 anos reduzimos impostos e só agora estamos discutindo elevação tributária para cigarro e cerveja é porque o governo do PT enterrou o Brasil. A culpa de estarmos aqui não é do PSDB. É do seu partido, é do seu governo, porque se não tivéssemos PIB negativo não estaríamos discutindo elevação de carga tributária nunca, já que a prática do PSDB sempre foi reduzir. Reduzimos imposto do trigo: do pão, do biscoito, do macarrão e agora da cana para melhorar o setor sucroalcooleiro.

Vocês têm de ter a coragem de admitir que o Brasil foi atolado numa crise que está matando os seus trabalhadores, que você com muita luta está segurando com acordos sindicais para que as montadoras não demitam. Eu reconheço o seu trabalho. Nós não podemos empobrecer o debate. Se nós hoje estamos fazendo essa discussão, a culpa é do PT, a culpa é da Dilma, a culpa é do Lula.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Inclusive não estaríamos discutindo o fechamento da Usiminas, que só está ocorrendo por decisões federais.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Eu quero continuar debatendo porque queremos buscar uma solução e volto a insistir: vamos continuar vendo gente sem remédio porque é caro?

O meu líder está tentando garantir uma emenda para que a Secretaria da Fazenda mensalmente acompanhe o preço do genérico, porque eu também não quero votar nada para favorecer a indústria do remédio.

Nós temos de ousar e garantir na lei que o remédio abaixe o preço do mesmo jeito que, reconheço, vou amargar para aumentar a alíquota da cerveja.

Eu exijo que o remédio chegue mais barato para quem precise.

Cumprimento o governador pela sensibilidade em reduzir para zero a alíquota do arroz e do feijão, que é também comida de pobre, porque o cara que come aqui nos Jardins só pede feijão se for com tempero francês.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero abrir meu pronunciamento cumprimentando o deputado Barba pelo empenho no estudo que fez sobre essa questão e que nos colocou com clareza nosso posicionamento sobre o tema que estamos debatendo aqui hoje. Eu gostaria de discutir aqui alternativas para resolver o problema do estado de São Paulo. Ouvi aqui algumas considerações feitas por colegas que acho que vale a pena pensarmos a respeito. Quando o deputado Jorge Caruso aparteou o orador...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputado José Zico Prado, infelizmente, tenho que interrompê-lo, pois o tempo da sessão está esgotado. Fica preservado o tempo de Vossa Excelência. Está encerrada a presente sessão.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.

11 DE NOVEMBRO DE 2015 71ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ
RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ</p> <p>Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1404/15.</p> <p>2 - TEONILIO BARBA</p> <p>Discute o PL 1404/15 (aparteado pelo deputado Luiz Fernando Machado).</p> <p>3 - CAMPOS MACHADO</p> <p>Discute o PL 1404/15 (aparteado pelo deputado Jorge Caruso).</p>

4 - ENIO TATTO

Discute o PL 1404/15.

5 - CAMPOS MACHADO

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido e suspende a sessão às 22h30min, abrindo-a às 22h44min.

7 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PL 1404/15 (aparteado pelo deputado Carlos Bezerra Jr.).

8 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Encerra a discussão do PL 1404/15.

9 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Copez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Proposição em Regime de Urgência:

Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 1404, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 6.374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Com 17 emendas. Parecer nº 1444, de 2015, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas. Com 2 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 1447, de 2015, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, contrário às emendas.

Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado pelo tempo remanescente de 13 minutos e 46 segundos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, cedo o restante do meu tempo ao nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra, por cessão de tempo do nobre deputado José Zico Prado, o nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu espero que o deputado Orlando Morando esteja nos acompanhando de algum lugar. Se há uma coisa que V. Exas. jamais irão ouvir de mim é um debate envenenado. O meu debate será sempre no campo da disputa ideológica. Se quiserem discutir literatura marxista, luta de classe ou de política, ou sobre os indicadores do governo do PT, do governo do PSDB, o que for preciso, eu discutirei deste microfone. Quem me conhece, desde o dia em que aqui cheguei, sabe que trato a todos os deputados com respeito.

Início falando da brilhante intervenção do deputado Carlos Bezerra, de que todos os indicadores do Ministério da Saúde, do álcool e do tabagismo, são verdadeiros. Mas o que estamos discutindo no Projeto 1404, que tramitou a mais de 120 km por hora em todas as comissões necessárias, é como tapar o eficiente governo Geraldo Alckmin por conta de um rombo de três bilhões, que precisam ser arrecadados.

Insisti o tempo todo que o projeto pega dois temas importantes: tabagismo e álcool, duas drogas lícitas no Brasil e em qualquer lugar do mundo.

Do ponto de vista de quando o pega para fazer o debate, sensibiliza qualquer cidadão. Mas eu estou chamando a atenção para o debate, exatamente - meu amigo deputado Orlando Morando voltou - para o discurso para o estado de São Paulo.

Não tem aqui envenenamento. Não tem empobrecimento de debate. Eu estou aqui qualificando o debate. A minha disputa com vocês será sempre ideológica, do ponto de vista de modelo de governo que vocês defendem.

O modelo que vocês defendem é o neoliberal, implantado para renovar o capitalismo, inaugurado em 1989, por John Williamson, quando constrói o chamado Consenso de Washington, que é deixar que o neoliberalismo, deputado Zico, desregulamente todos os mercados, principalmente o mercado de trabalho.

Essa é a lógica com que o PSDB trabalha e com que a base aliada do PSDB aqui no estado trabalha. O que é desregular o mercado de trabalho: deixa que o patrão contrata como ele quer - precarizando -, demite quando quer, faz o que quer e vai para onde quer.

Deixa que o mercado financeiro imponha as regras que quiser. Deixa que o mercado resolve tudo. O mercado diz quais são as regras. “Estado, você não se meta; cuide apenas de Segurança Pública, se você der conta.”

Aliás, no governo do PSDB do estado de São Paulo, Segurança Pública é uma das piores coisas que existem e um dos piores indicadores do Brasil.

Então, eu estou trazendo o debate. O projeto de vocês está discutindo um tema importante para ver como se faz a compensação daquilo que o Estado está perdendo de arrecadação, está tentando socorrer em algum lugar.

Eu, no debate, ontem - V. Exa. não estava presente na audiência pública na hora que eu fiz a pergunta para o secretário Renato Villela -, fiz a seguinte pergunta: “Se nós aprovarmos esse projeto resolve-se o problema da arrecadação?”

Não resolve, porque o estado de São Paulo, os estados do Brasil e o próprio Brasil não são donos dos meios de produção. Eles vivem de carga tributária e de arrecadação. Municípios, estados e País vivem de arrecadação.

Toda vez que acontece uma crise na economia capitalista ou na economia de mercado - na linguagem que V. Exas. quiserem usar - acontece essa queda na arrecadação.

Quando acontece a queda na arrecadação, todo mundo fica tentando se socorrer, criando alguma alternativa de tributo, seja ele em âmbito estadual, federal ou municipal.

O deputado Orlando Morando, meu companheiro, lá da cidade de São Bernardo, disse que o Governo do Estado de São Paulo, do PSDB, vem reduzindo alíquotas de ICMS. Tem reduzido de alguns setores, eu sei, eu acompanho.

Mas quero deixar claro que em 1995, primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, a carga tributária deste País era de 22 por cento. O governo tinha problema, tinha que fazer ajuste fiscal, e elevou a carga tributária do País, aprovada no Congresso Nacional com a grande base aliada do PSDB, de 22% para 27 por cento.

Fez a compra da reeleição, foi reeleito no processo democrático legítimo e verdadeiro. No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1999 até 2002, ele elevou a carga tributária do País em mais 12%, saltando para 39 por cento.